

1,5 / Origem: Belém/ Destino: Bragança / Período: 03 a 04/02/2016 Objetivo: Visita as escolas da SEDUC de Bragança para verificação dos links do NavegaPará. Ordenador: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires CPF: 166769802-82 **PRESIDENTE DA PRODEPA - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.**

Protocolo 923953

Portaria: 010/2016 / Fundamentos Legal: nº001/2008 - AGE Nome: Pedro de Souza Baros/ Cargo: Motorista / CPF: 127764402-00 / Nº de Diária: 1,5 / Origem: Belém/ Destino: Bragança / Período: 03 a 04/02/2016 Objetivo: Deslocamento dos colaboradores Max Matsuzaki e Gilnei Freire. Ordenador: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires CPF: 166769802-82 **PRESIDENTE DA PRODEPA - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.**

Protocolo 923955

Portaria: 010/2016 / Fundamentos Legal: nº001/2008 - AGE Nome: Max Hideyuki Matsuzaki / Cargo: Analista de Suporte / CPF: 440734532-20 / Nº de Diária: 1,5 / Origem: Belém/ Destino: Bragança / Período: 03 a 04/02/2016 Objetivo: Visita as escolas da SEDUC de Bragança para verificação dos links do NavegaPará. Ordenador: Theo Carlos Flexa Ribeiro Pires CPF: 166769802-82 **PRESIDENTE DA PRODEPA - EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ.**

Protocolo 923976

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 013/2016-SEEL, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2016

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, no uso de suas atribuições que lhe foram delegadas, pela lei nº 6.215 de 28 de abril de 1999, alterada pela lei nº 6.879, de 29 de junho de 2006, publicada no DOE nº 30.714, de 30/06/2006 e considerando o disposto no Art. 31, da lei nº 5.810 de 24 de janeiro de 1994, combinado com a Instrução Normativa nº 02 de 22/07/1997, e ainda o Processo 2016/29627; RESOLVE: CEDER o servidor LAIRSON DA CUNHA FARO, matrícula nº 57190527, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, para a Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará - ARCON/PA, pelo prazo de um ano, a contar de 01 de fevereiro de 2016, com ônus para o órgão cedente e reembolso pelo órgão cessionário nos termos do art. 2º, II do Decreto nº. 648 de 17/01/2013. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER, 03 DE FEVEREIRO DE 2016 RENILCE CONCEIÇÃO DO ESPÍRITO SANTO NICODEMOS LOBO Secretária de Estado de Esporte e Lazer

Protocolo 923979

DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA

PORTARIA Nº 041/16 DP-G EM, 18/01/16

Designar a Servidora Pública ESMERALDA MARQUES FERREIRA, matrícula nº 54191410, para desenvolver suas atividades junto ao SISCOM/NTI, na Central de Atendimento ao Cidadão, até ulterior deliberação. OBS: Republicada por incorreção no DOE nº 33.060 de 01/02/2016.

Protocolo 924041

FÉRIAS

PORTARIA Nº 118/2016-DP-G DE 02/02/2016.

RESOLVE: Conceder 30 dias de férias a IVO TIAGO BARBOSA CÂMARA, Mat. 5901836/ 1, P.A. 14/15, de 10/03/2016 a 08/04/2016. Luís Carlos de Aguiar Portela Defensor Público Geral

Protocolo 923941

PORTARIA Nº 120/2016-DP-G DE 02/02/2016. RESOLVE: Conceder 30 dias de férias a GILBERTO QUEIROZ DE OLIVEIRA, Mat. 57212380/ 3, P.A. 15/16, de 23/03/2016 a 21/04/2016. Luís Carlos de Aguiar Portela Defensor Público Geral

Protocolo 923944

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016. Dispõe acerca da atuação dos Defensores Públicos do Estado do Pará nas causas com valor inferior a 20 (vinte) salários mínimos, no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis. O Defensor Público Geral no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, I, IV e VIII da Lei Complementar Nº 054, de 07 de fevereiro de 2006;

CONSIDERANDO a necessidade de otimização da assistência jurídica prestada pela Defensoria Pública do Estado do Pará, em face ao déficit de mais de cem defensores públicos nos quadros da carreira; CONSIDERANDO a autonomia funcional e administrativa da Defensoria Pública Estadual, consubstanciada na capacidade de autogestão e de organizar, dispor e gerir os seus próprios serviços, visando a dar-lhes efetividade, continuidade e eficiência; CONSIDERANDO que nos termos do art. 9º, § 1º da Lei nº. 9.099/1995 a assistência por advogado é facultada nas causas de valor até vinte salários mínimos e, se uma das partes comparecer assistida por advogado, ou se o réu for pessoa jurídica ou firma individual, terá a outra parte, se quiser, assistência judiciária prestada por órgão instituído junto ao Juizado Especial, na forma da lei local.

CONSIDERANDO que a assistência judiciária mencionada no dispositivo legal acima citado é *mister* do Poder Judiciário, mais especificamente, dos Juizados Especiais; CONSIDERANDO a necessidade de priorização das demandas, cuja a atuação da Defensoria Pública é obrigatória, bem como a necessidade de estabelecer medidas transitórias com vistas a assegurar o cumprimento das atribuições institucionais da Defensoria Pública e a qualidade no atendimento ao cidadão; RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a recusa de atuação aos órgãos de execução Defensoria Pública do Estado do Pará junto aos Juizados Especiais Cíveis, nas causas de valor até 20 (vinte) salários mínimos; § 1º É obrigatória a atuação nos casos em que a legislação pertinente assim o determinar, como na hipótese de interposição e contrarrazões de recursos. § 2º O disposto nesta Instrução Normativa não se aplicam às causas que já estejam sob o patrocínio da Defensoria Pública. Art. 2º Esta Instrução Normativa entrará em vigor na data de sua publicação e terá validade até 31/12/2016. Registre-se, publique-se e cumpra-se. LUÍS CARLOS DE AGUIAR PORTELA Defensor Público Geral

Protocolo 923780

JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/TJPA/2016

Acolho o julgamento da Pregoeira em relação ao Pregão Eletrônico nº 004/TJPA/2015 (Objeto: aquisição de materiais de avaliação psicológica forense, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I do edital), homologando a presente licitação, para os devidos fins. Todas as informações a respeito do certame estão disponíveis em www.comprasgovernamentais.gov.br. Belém, 02 de fevereiro de 2016. Secretaria de Administração do TJPA.

Protocolo 923583

Extrato da Ata de Registro de Preço nº. 009/2016/TJPA - Pregão 005/2016/TJPA/ / Objeto: Registro de Preços, para eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços, sob demanda, para fornecimento, instalação e/ou manutenção de esquadrias em vidro para atender os prédios do Poder Judiciário na região metropolitana de Belém.// Empresas:

TREVO COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA. - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.956.940/0001-02, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará, na Rua Diogo Moia, nº 1100, Bairro Umarizal, CEP: 66055-170, telefone: (91) 3347-4786 / 99601-7111 / 98227-8866, e-mail: trevonet@trevonet.com.br, trevonet@gmail.com// Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 02.061.1419.8173, 02.061.1419.8174, 02.061.1419.8175, Natureza da Despesa: 339030/339039/449030, Fonte de Recursos: 0118// Data da assinatura: 03/02/2016//Responsável pela assinatura: Aníbal Corrêa Pinheiro - Secretário de Administração //Ordenador Responsável: Maria de Nazaré rendeiro Saleme.

Protocolo 923703

Extrato de Termo de Apostilamento ao Contrato nº 043/2013 - TJPA - O Tribunal de Justiça do Estado, neste ato representado pelo seu Secretário de Administração, ANÍBAL CORRÊA PINHEIRO, brasileiro, servidor público, portador da carteira de identidade nº 1562404 PC/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 391.715.662-87, designado pela PORTARIA Nº. 470/2015-GP, publicada no Diário de Justiça de 03 de fevereiro de 2015, autoriza o apostilamento da dotação orçamentária para o exercício de 2016, do Contrato abaixo, com fundamento legal no Art. 65, §8º da Lei 8.666/93 e alterações.

Contrato nº.	Contratada	Programa de Trabalho	Fonte Recurso	Natureza Despesa	Plano Interno
043/2013	ARB - Agencia do Rádio Brasileira Ltda	0213114184938	0118	339039	4190004938C

Belém, 03 de fevereiro de 2016// ANÍBAL CORRÊA PINHEIRO - Secretário de Administração// Ordenador responsável: Maria de Nazaré Rendeiro Saleme - Secretária de Planejamento

Protocolo 923872

Extrato de Termo de Apostilamento ao Contrato nº 051/2015 - TJPA - O Tribunal de Justiça do Estado, neste ato representado pelo seu Secretário de Administração, ANÍBAL CORRÊA PINHEIRO, brasileiro, servidor público, portador da carteira de identidade nº 1562404 PC/PA, inscrito no CPF/MF sob o nº 391.715.662-87, designado pela PORTARIA Nº. 470/2015-GP, publicada no Diário de Justiça de 03 de fevereiro de 2015, autoriza o apostilamento da dotação orçamentária para o exercício de 2016, do Contrato abaixo, com fundamento legal no Art. 65, §8º da Lei 8.666/93 e alterações.

Contrato nº.	Contratada	Programa de Trabalho	Fonte Recurso	Natureza Despesa	Plano Interno
051/2015	People RH & Serviços Terceirizados	0212214218195	0118	339037	4200008195C

Belém, 03 de fevereiro de 2016// ANÍBAL CORRÊA PINHEIRO - Secretário de Administração// Ordenador responsável: Maria de Nazaré Rendeiro Saleme - Secretária de Planejamento

Protocolo 923991

LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

EDITAL

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária - CFFO, da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em observância ao art. 15, §§ 4º e 5º da Lei nº 8.031, de 23/07/2014, convoca todas as instituições governamentais e não governamentais e a população em geral, a se fazerem presentes na Audiência Pública que se realizará às 13 horas do dia 24/02/2016, na sala de reuniões da Comissão, localizada no “Complexo Administrativo Mariuadir Santos”, no prédio da ALEPA, com o fim de apresentação, por parte do Poder Executivo, dos relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário e os demais definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, que se constituem nos relatórios trimestrais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, concernentes ao 3º Quadrimestre do exercício de 2015. Belém, 02 de fevereiro de 2016 Deputado JÚNIOR HAGE Presidente da CFFO/ALEPA

Protocolo 923614